

24-07-2023

Arnaldo Coelho
Faculdade de Economia de Coimbra



Um país eternamente adiado

Pude recentemente ler um artigo bastante interessante, publicado no Expresso, com o título "Um compromisso com as finanças públicas". O artigo reiterava algumas ideias fáceis de compreender e aceitar. Devemos manter umas finanças públicas saudáveis para "acautelar o futuro" e não "onerar as próximas gerações", não existe essa coisa que chamam "folga orçamental" e que, pasme-se, "não se podem garantir os rendimentos reais às famílias". Pensei para comigo... Vitor Gaspar está de volta... vem aí Passos Coelho! Na verdade, não fui o único a pensar desta maneira e a abrir a boca de espanto quando vi a assinatura do ministro Fernando Medina. Na verdade, algo não batia certo: Vitor Gaspar não teria coragem nem o despudor para dizer tudo o que ali se podia ler. Todavia, mais importante que as palavras ou o tom do artigo, tem sido a ação política. Na verdade, 2022 foi um ano desastroso para o rendimento disponível das famílias e para o seu poder aquisitivo.

A realidade mostra que depois de 2014 a economia cresceu algo, o panorama económico parece ter registado algumas melhorias, a arrecadação de impostos cresceu brutalmente e o peso da dívida desceu, ainda que por efeito da inflação. Ainda assim, o poder de compra das famílias parece ter recuado a níveis de 2014 e uma sondagem recente mostra que há mais famílias com dificuldades em pagar os alimentos hoje que no tempo da troyka. Ao mesmo tempo os serviços públicos como o SNS, a educação, os transportes, a justiça, a habitação, entre outros, espelham vivamente o retrato de um país empobrecido. Demoramos mais de comboio de



Vir-nos falar de compromissos com as finanças públicas que apenas sacrificam as famílias e ficam à espera da inflação para fazer o trabalho todo, revela preguiça e desnoite. Fica assim claro o preço a pagar por termos afastado os melhores do mundo da política

Porto a Vigo hoje que há 10 anos, depois de 100 milhões de investimentos. Perante tanta inépcia, o dono/patrão de qualquer empresa já teria despedido a governança toda há muito tempo.

Na verdade, não precisamos de um ministro das finanças para nos vir dizer o óbvio nem de um governo em autofagia que ignora a população e apenas vai gerindo a sua sobrevivência, mantendo a população anestesiada com subsídios e cheques que apenas asseguram lealdades e dependências. Um país como o nosso precisa de um governo que assuma compromissos claros com os portugueses:

- Quando teremos um salário mínimo acima de 1000 euros?
- Quando teremos um salário médio acima de 2 000 euros?
- Quando teremos um PIB ao nível da média da UE?
- Quando teremos habitação com custos acessíveis para todos?
- Quando teremos médicos de família para todos e listas de espera dentro dos padrões temporais da OMS?
- Quando teremos serviços públicos à altura da carga fiscal que suportamos?

Estes compromissos revestem uma tripla importância: desde logo, porque são objetivos críticos para os portugueses e para o seu bem-estar, porque são metas pelas quais o governo teria que ser avaliado e responsabilizado; finalmente, porque se transformariam num guia de ação estruturado, num direcionamento de estratégias e políticas que dariam sentido e rumo à ação do governo. Vir-nos falar de compromissos com as finanças públicas que apenas sacrificam as famílias e ficam à espera da inflação para fazer o trabalho todo, revela preguiça e desnoite. Fica assim claro o preço a pagar por termos afastado os melhores do mundo da política.

Arnaldo Coelho escreve à segunda-feira, mensalmente

24-07-2023

